



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

05/092018

Horário: 13h 30 às 17h00

Participantes	
Membros:	
SEDS	COGEMAS
Alzenir de Fátima Brudech	Renata M. dos Santos – Curitiba
Sandra Cristiane K. Busnello	José Roberto Zanchi – Fazenda Rio Grande
Carmen Cristina Zadra (suplente)	Ângela C. Pascueto do Amaral – Cambé
Paula Cristina Calsavara Cunha	Maria da Silva Souza – Colombo
Letícia Reis	Elenice Malzoni - Curitiba
Ricardo dos Santos Michelli	Darcy Gris - Palotina
Rosana Aparecida Dias Macedo	Elisa Regina G. da Silva – Laranjeiras do Sul
Ilka de Oliveira Moriya	Zeila Plath de Oliveira – Campo Largo
Juliany Souza dos Santos	Mariângela Broch da Costa – Maria Helena
Membros da Secretaria Executiva:	
Juliana Muller – Secretária Executiva CIB/PR.	
Demais Participantes: Ana Luiza Suplicy Gonçalves – FAS, Tatielly L. Tozo, Lucilene C. S. Diorio- Cambé, Antônia Dias da Silva, Tasiene C. De Souza, Elias de Souza Oliveira, Maria Ap. dos Santos, Isabelle Farias – CEAS/PR, Maiara de C. Abreu/ SAS/ SEDS, Cintia A. Chueire/SEDS, Rafaela G. de Oliveira/Cogemas, Daniel J. S. Moreira/ CGS, Adriane Isabelle Fagundes dos Santos/ CGS/SEDS, Idamara G. dos Santos/ CGS/SEDS, Monique C. Oliveira, Vivia Aparecida da Silva Ogg – membro COGEMAS/SEC – CIB	

Pauta:

1. Aprovação da pauta da reunião;
2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 24/07/2018;
3. Minuta para pactuação/ Incentivo Família Paranaense V.

Apresentação:

4 Apresentação: Estudo Técnico – Reordenamento da Proteção Social Básica de Curitiba/ Ana Luiza Suplicy

5- Informes:

UTPF:

5.1 – Família Paranaense;

CGS:

5.2 - Repasse do Encontro de Apoio Técnico aos Estados – SNAS/MDS;

5.3 - Apresentação do status dos CMAS x CadSUAS;

5.4 - Status do recebimento dos PMAS;

5.5 – Prestação de Contas SIFF/ Louise – ATPI;

CPSB:

5.6- Decreto nº 9.462 de 08/08/2018 – Altera o regulamento do BPC;

5.7- Videoconferência – Resolução nº 166/2018 – SEDS, altera a Resolução 175/2018 -SEDS – Agentes de Cidadania;

5.8- Prorrogação da Deliberação nº 062/2017 – CEDCA/ Serviço de Convivência;

5.9 - Oficina Regionalizada do PAIF – MDS;

5.10 - Panorama da Deliberação 065/2017 – CEAS/PR – Benefício Eventual;



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

05/092018

Horário: 13h 30 às 17h00

5.11– Informes CIT;
5.12 - Informes COGEMAS.

Abertura:

A Coordenadora suplente da CIB/PR e Superintendente da Assistência Social/SEDS, Alzenir de Fátima Brudeck Sizanowski, iniciou a reunião ordinária desejando boas vindas aos membros da CIB e aos municípios visitantes. A SEC Juliana Müller apresentou a nova representante do colegiado Zeila Plath Oliveira pelo município de Campo Largo e a representante do CEAS/PR, Isabelle Farias (sociedade civil/ segmento entidades).

1. Aprovação da pauta da reunião:

A Pauta foi submetida à pactuação pelos membros da CIB/PR, com as seguintes inclusões: Regularização das Residências Inclusivas; Informes da SEC: Ofício Circular 003/2018 SNAS/ Apresentação de Consultoria. **APROVADO.**

2. Aprovação da memória da reunião ordinária da CIB/PR do dia 26/06/2018:

A memória da reunião do dia 26/06/2018, foi submetida à aprovação na presente reunião, sendo a mesma considerada **APROVADA.**

3. Minuta para pactuação/ Incentivo Família Paranaense V.

A representante da CIB, Paula Cristina Calsavara Cunha, da Unidade Técnica do Família Paranaense, apresentou a minuta de Resolução, que trata da realização da medição do Índice de Desenvolvimento do Programa (Índice de Aderência), para obter a linha de base para pagamento do recurso aos municípios no mês de referência do repasse. Explicou que para cumprimento do estudo dos saldos financeiros, conforme previsto na Deliberação 037/2018, os municípios deverão encaminhar a atualização dos extratos das contas correntes e de aplicação financeira do Incentivo Família Paranaense IV, referente ao mês anterior ao repasse. Para recebimento do Incentivo Família Paranaense V, será avaliada a utilização de 50% dos valores já repassados aos municípios referentes aos Incentivos Família Paranaense III e IV, conforme determinação do TCE. Será ainda realizada a vinculação ao atendimento do Índice de Aderência. Caso necessária a comprovação da execução do Incentivo Família Paranaense III, será solicitada a mesma documentação. Relatou que há um novo cronograma para as ações previstas nos artigos 1º e 2º, que serão informadas aos municípios pela Unidade Técnica do Programa Família Paranaense. **Minuta de Resolução PACTUADA.**

4. Apresentação: Estudo Técnico – Reordenamento da Proteção Social Básica de Curitiba/ Ana Luiza Suplicy:

A representante da CIB e Presidente da FAS, Elenice Malzoni, agradeceu o respeito e a oportunidade de expor as razões município, informando que este processo de reordenamento dos serviços da Proteção Social Básica teve seu início na gestão anterior. A proposta não tem como perspectiva o desmonte do SUAS, e o posicionamento do gestor é de que nenhuma família sofra prejuízos. A técnica do município de Curitiba, Ana Luiza Suplicy Gonçalves, iniciou a apresentação do estudo técnico, relatando que, conforme orientação do MDS, a relação CRAS X Famílias Referenciadas é de 5000 famílias por equipamento. Em Curitiba, a média total de famílias referenciadas para os 45 CRAS, gira em torno de 4000 famílias, e 10 possuem apenas 2500 famílias referenciadas, índice inferior ao proposto. Desta forma, ao reduzir-se para 39 equipamentos, a ideia é adequar-se as normativas. Alguns CRAS possuem baixo índice de atendimentos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. Observou ainda, que houve queda no número de trabalhadores, motivados por exonerações e aposentadoria. A renda *per capita* no município cresceu 79,99% e o IDH alcançou 0,853. O número de famílias em situação de extrema pobreza reduziu-se para 22.788. Explanou sobre a metodologia do estudo, onde foram aplicados questionários aos coordenadores de CRAS, gerentes e supervisores, para avaliação das equipes de gestores regionais em relação à infraestrutura, extração de dados de diversas fontes, a



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

05/092018

Horário: 13h 30 às 17h00

utilização de indicadores como o Índice de Vulnerabilidade das Famílias Paranaenses, o RMA, Incidência de Situações de Risco, além de demandas das audiências públicas e o custo de manutenção dos equipamentos. Apresentou a proposta de reordenamento, em que acarretará na redução dos CRAS das regionais Bairro Novo (1 equipamento), CIC (2 equipamentos), Portão (1 equipamento), Santa Felicidade (1 equipamento). Além disso serão reduzidas as unidades de atendimento nas regionais CIC (1 unidade), encerradas as unidades das regionais Santa Felicidade e Tatuquara e aberta uma unidade na regional Bairro Novo. A quilometragem média percorrida pelas famílias aos equipamentos é de 3,42 KM. Mesmo com o reordenamento, a média de famílias cadastradas no Cadastro Único por equipamento será de 2.801. Assim, proporcionará a potencialização dos serviços, com o comprometimento de que nenhum serviço será encerrado. Iniciando as discussões, Elenice Malzoni, presidente da FAS e representante titular da CIB, destacou que será realizado plano de intervenção para cada unidade de atendimento. Os trabalhadores dos equipamentos serão remanejados dentro da regional em que atuam e serão pagos com recursos federais para que não haja superavit. Segundo Elenice, a economia de recursos não é um valor tão considerável, em torno de R\$ 920.000,00, mas o mesmo será direcionado a outras ações, com objetivo de potencializar a PSB. No processo ainda está prevista busca ativa das famílias para que não haja desproteção. A perspectiva é de que se façam relatórios ao Ministério Público. O trabalho realizado foi técnico e com muita sensibilização. A representante da CIB e coordenadora da UTPFP, Letícia Reis, questionou quando se dará o início deste processo uma vez que impactará no programa Família Paranaense. José Roberto Zanchi, representante da CIB e presidente do COGEMAS, ressaltou que o colegiado deve se posicionar sobre esta situação e não pode-se haver dois pesos e duas medidas, citou como referência o município de Ibema. Respeita a posição do município mas a CIB tem uma responsabilidade. O representante da CIB e coordenador da CGS/ SEDS, Ricardo dos Santos Michelli, relatou que são situações diferentes, em que o município em questão trouxe proposta de garantir os serviços e plano de acompanhamento, diferentemente dos demais, em que a CIB tomou ciência por meio de denúncia. O representante da CIB e membro do COGEMAS, Darcy Gris, questionou se os recursos vinculados para a folha de pagamento serão redirecionados à LOA. Em resposta, Elenice Malzoni informou que este processo terá início em setembro e que a ideia é melhorar a qualidade dos serviços uma vez que os recursos que estavam sendo repartidos a 45 equipamentos passará a ser direcionado a 38, e está sendo aproximado dos territórios que mais necessitam. Os recursos não estão vinculados ao reordenamento. Levou-se primeiramente ao CMAS para obtenção do aval para iniciar o processo. A representante da CIB e membro do COGEMAS, Ângela C. P. De Amaral, questionou como está o aceite e se as famílias foram contatadas. Elenice Malzoni informou, que foram realizadas consultas, acompanhadas pelo MP, e não foi um processo confortável. Serão realizadas visitas às famílias. José Roberto Zanchi destacou que é prudente que o colegiado solicite informações do processo e avalie e acompanhe o Plano de Providências do Município. Darcy Gris sugeriu que seja realizada a cada 2 reuniões a apresentação de Curitiba sobre avanços e desafios. A coordenadora suplente da CIB Alzenir F. B. Sizanowski Santos, recomendou acompanhamento pelo ER de referência juntamente com a Secretaria. Diante das discussões foi acordado pela apresentação mensal do Plano de Providências de Curitiba.

Informes:

5.1 – Família Paranaense:

A representante da CIB e técnica do UTPFP, Paula Cristina Calsavara Cunha, relatou sobre o curso de qualificação proferido pela empresa Líder. Foram 40 municípios desenvolvendo os cursos, tendo como meta a participação de 2.280 pessoas e no momento estão sendo atendidas 1.500 pessoas. Até o momento, 4 municípios possuem turmas formadas a partir da próxima semana: Quedas do Iguaçu, Coronel Vivida, Imbituva e Palmas. A média de duração dos cursos é entre 60 e 80 horas com número de participantes entre 18 a 20 pessoas. O município de Pitanga não conseguiu fechar turma, e será transferido para município próximo. A representante da CIB e coordenadora da UTPFP Letícia Reis, informou que o diferencial deste trabalho é a contratação de cuidador para crianças. Haverá um aditivo para mais 10 municípios.



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

05/092018

Horário: 13h 30 às 17h00

5.2 - Repasse do Encontro de Apoio Técnico aos Estados – SNAS/MDS:

O coordenador da CGS/SEDS, Ricardo S. Michelli, informou que o Paraná apresentou no encontro a experiência de assessoramento e acompanhamento aos CMAS, e que o estado foi o único que utilizou o CadSUAS para tal processo. A técnica Adriane Isabelle F. Santos - CGS/SEDS, apresentou a asa ações realizadas para o encontro. Informou que foram identificadas ineficiência e irregularidade em todo o Brasil e que não há efetividade no acompanhamento pelos colegiados, inclusive no acompanhamento dos fundos. Realizada a extração dos dados no dia 29/08/2018, ainda constavam 29 municípios paranaenses com situação insatisfatória. Constatou-se que 13 municípios do Paraná não realizaram plano de ação, do total de 671 municípios brasileiros. Em relação ao BPC e BPC Escola, há solicitação de inclusão no CadSUAS, mas a base para acompanhamento está desatualizada, sendo que a base de dados de julho foi disponibilizada na data de hoje. Em relação ao sistema de justiça, o MDS reconheceu a necessidade de acompanhamento mais próximo do fluxo de trabalho. A técnica Idamara G. dos Santos – CGS/SEDS, observou que o foco do encontro foi o Acórdão do TCU e Pacto de aprimoramento, com destaque para o artigo 30 de LOAS.

5.3 - Apresentação do status dos CMAS x CadSUAS:

As técnicas da CGS Adriane Isabelle F. Santos e Idamara G. dos Santos iniciaram a apresentação da metodologia utilizada pela CGS para realização do monitoramento dos CMAS's. Como ferramenta de monitoramento e assessoramento foi utilizada a base do CadSUAS, para identificação da composição atual dos conselhos. Na etapa 1 foi a disponibilização da base dos CMAS's pelo MDS. Etapa 2 foi realizada a compilação dos dados na ferramenta de monitoramento. A etapa 3 foi realizada a construção da Informação Técnica - IT, seguindo da etapa 4 que foi o envio da IT para os ER's com objetivo de disseminá-la a todos os municípios. Desta forma o processo de identificação das situações insatisfatórias dos conselhos, com base nas informações do CadSUAS possibilitaram ao estado do Paraná maior controle no que se refere ao artigo 30º da LOAS. São 11% de situações insatisfatórias no momento. O avanço identificado é que a criação desta ferramenta de monitoramento dos CMAS obteve-se mais efetividade e rapidez no processo de assessoramento aos municípios e como desafio identificou-se a necessidade de, através da chave de acesso do Gestor Estadual obter a possibilidade de extração da base do CadSUAS com as informações dos CMAS.

5.4 - Status do recebimento dos PMAS;

O coordenador da CGS e representante da CIB, Ricardo S. Michelli, informou que em cumprimento do artigo 30º da LOAS no que se refere ao Conselho, Plano e Fundo – CPF, e o artigo 3º do decreto estadual 8543/2013 que regulamenta o repasse fundo a fundo aos municípios, é realizado o cruzamento de informações para a certificação aos municípios que cumprem o estabelecido no CPF. Além das informações do CadSUAS, até o momento, 372 municípios encaminharam o plano juntamente com a resolução de publicação da resolução que aprova o plano e a declaração de compatibilidade das ações dos PMAS com o plano estadual. Desta forma, representa não só a continuidade de repasse de recursos bem como resposta aos órgãos de controle. Este trabalho de habilitação e verificação dos municípios, realizado pela equipe da CGS em parceria com as demais áreas da secretaria, onde a habilitação inicial se dá por certificação, tem-se aprimorado a certificação temporal, com vigência de um ano. Aos municípios com irregularidade, está sendo realizado trabalho em parceria com o CEAS o processo de readequação dos municípios no quesito CPF. O representante da CIB, Darcy Gris, questionou sobre repasse de recursos aos municípios que não regularizaram a situação. Ricardo S. Michelli informou, que já havia processo de verificação antes do Acórdão, onde o pagamento se dá pelas áreas técnica e financeira da secretaria juntamente com o ordenador de despesas. Instituiu-se fluxo de validação de cumprimento dos objetivos técnicos e meio legal de recebimento de recursos financeiros. Como a LOAS vincula a regulamentação do CPF ao recurso da União, bem como a legislação estadual vinculada no decreto 8543/2013 que coloca obrigatoriedade de CPF, a inexistência impossibilita o repasse. Caso haja situação insatisfatória o pagamento não é realizado.



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

05/092018

Horário: 13h 30 às 17h00

5.5 – Prestação de Contas SIFF/ Louise – ATPI;

A técnica Louise Ronconi/ ATPI – SEDS, informou sobre processo de repasse de recursos fundo a fundo. Clarificou que uma das etapas é a habilitação dos municípios conforme conferência dos requisitos legais exigidos aos municípios. Esta resolução, além de colocar as etapas, explicarão como se dará verificação/detalhamento. Para que se tenha um processo mais organizado foi detalhado as datas e os prazos para que a SEDS faça análise com tempo e qualidade da prestação de contas. É realizada uma contextualização de status da prestação de contas, se é Regular, Reprovada pelo município, se há Ressalvas, etc. Estes detalhamentos irão ajudar os municípios e a SEDS a cumprir melhor os requisitos e condicionalidades legais que já existem nas normativas. Isto acarretará mudanças no processo eletrônico a ser elaborado para cumprir da mesma forma que o físico. Está tentando-se padronizar e sincronizar os processos, com análise do jurídico. Com relação ao andamento dos processos que estão em andamento na Plataforma SIFF, 5 repasses estão abertos 40 dias para prestação de contas, desde 23/08/2018. Foram 5 repasses abertos para prestação de contas, sendo Incentivo III prestação de contas final, Incentivo IV para prestação de contas parcial para 154 municípios, Adesão Espontânea prestação de contas parcial para 194 municípios, Benefício Eventual prestação de contas parcial para 103 municípios, Incentivo Paraná Seguro para 12 municípios. No total são 507 prestações de contas em andamento até 02/10/2018. São 270 prestações de contas com correções referentes ao ano de 2017. Foi solicitada correção para alguns municípios. Estas correções são feitas pois já houve parcial pela SEDS, são referentes aos Pisos PPAS I, II, III, IV, Centro Dia, Residência Inclusiva Regionalizada, Residência Inclusiva Municipal, Serviço de Abordagem Social para Pessoa em Situação de Rua, Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa em Situação de Rua. No dia 12/09/2018, será aberto sistema para prestação de contas para 4 repasses do FIA: Centro de Convivência, Crescer em Família - Institucional, Crescer em Família – Família Acolhedora, para municípios que receberam no ano passado. Será realizada prestação de contas juntamente com a do início deste ano. Para tal processo é encaminhado aos ER's orientações a serem direcionadas aos municípios. Sugere que os municípios solicitem na íntegra a orientação nº 09 da SEDS encaminhada aos ER's. Referente aos Planos de ação de 2018, alguns municípios não realizaram, assim não será possível o repasse dos recursos.

5.6- Decreto nº 9.462 de 08/08/2018 – Altera o regulamento do BPC:

Rosana Aparecida Dias de Macedo, membro titular da CIB, e técnica da CPSB/SEDS, repassou informações sobre o Decreto 9462 que altera o Regulamento do BPC. Com base neste decreto altera-se o artigo 10º do decreto 6214/2007. As pessoas menores de 16 anos poderão apresentar apenas registro de nascimento e em situação de bloqueio ter-se-á 10 dias para recorrer. O coordenador da CGS Ricardo S. Michelli, explicou que o decreto normatiza procedimentos após o encerramento do prazo do cadastramento dos beneficiários no CadÚnico (31/12/2018). A listagem atualizada dos beneficiários foi carregada no sistema do MDS e a CGS atualizará e encaminhará aos municípios para fomentar a busca ativa. A técnica Ana Suplicy – FAS, questionou sobre o acesso às listas dos beneficiários BPC sob responsabilidade do Estado, e que seria encaminhada uma nota técnica. O coordenador da CGS e representante da CIB Ricardo S. Michelli, em resposta, informou que muitos municípios possuem acesso à lista, e que o Governo Federal ainda não liberou a chave de acesso do Estado.

5.7- Videoconferência – Resolução nº 166/2018 – SEDS, altera a Resolução 175/2018 -SEDS – Agentes de Cidadania:

A coordenadora suplente da CIB e coordenadora da CPSB Alzenir Sizanowski informou que em relação aos Agentes de Cidadania, como os adolescentes recebem bolsas e não havia regulamentação para este recebimento, os pagamentos estavam sendo realizados por terceiros. Com esta normativa, os pagamentos serão realizados aos pais ou responsáveis, com recursos do Paraná Seguro, e estendeu-se a idade do bolsista para 24 anos. O pagamento será realizado a 13 municípios.



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

05/092018

Horário: 13h 30 às 17h00

5.8- Prorrogação da Deliberação nº 062/2017 – CEDCA/ Serviço de Convivência;

A coordenadora suplente da CIB e coordenadora da CPSB Alzenir Sizanoski, informou que os municípios não estão conseguindo executar os recursos do FIA de 15 milhões para 232 municípios, os quais já foram acessados. A situação foi levada ao CEDCA e prorrogou-se por 24 meses o período de execução, que se contará a partir do recebimento do recurso.

5.9 - Oficina Regionalizada do PAIF – MDS:

A coordenadora suplente da CIB e coordenadora da CPSB Alzenir Sizanoski, informou que participaram do evento técnico, municípios e estados de Santa Catarina e Paraná. Ressaltou ainda, que há previsão da realização do Caderno 3 do PAIF, com metodologia de trabalho. Foi mencionada na oficina a metodologia de acompanhamento do Programa Família Paranaense, e o município de Honório Serpa apresentou o trabalho desenvolvido.

5.10 - Panorama da Deliberação 065/2017 – CEAS/PR – Benefício Eventual:

A coordenadora suplente da CIB e coordenadora da CPSB Alzenir Sizanoski, informou que a deliberação contemplou 227 municípios. Na PLOA 2019 há previsão para mais recursos. No PPAS I há previsão para pagamento de Benefício Eventual. A não contemplação de alguns municípios foi motivado pelo não cumprimento dos prazos.

5.11– Informes CIT:

A técnica Márcia Mazzarotto realizou os seguintes informes:

- Foi discutido na CIT a prorrogação de prazo para cadastro dos beneficiários BPC no CadÚnico. O colegiado realizará justificativa embora e não há certeza quanto a prorrogação;
- Ainda há 35% de beneficiários (700mil) que não realizaram CadÚnico;
- A Secretaria Nacional de Saúde desconhecia a alteração artigo 19º da LOAS, com a inclusão do parágrafo único. A SNAS realizou 2 encaminhamentos: Manifestação pública, que deve ser reforçada aos municípios que foi acatada; Interpretação do parágrafo único, observa que está clara a proposição;
- Em relação ao corte no orçamento, Elias de Souza Oliveira/ SMAS de Foz do Iguaçu, informou que na PLOA, haverá redução de 47% dos recursos para o BPC, estimado em 15 bilhões em cortes no orçamento do Programa Bolsa Família, para a Proteção Social Básica será o mesmo teto do orçamento e para a Proteção Social Especial serão 26% a menos. Criou-se uma rubrica na PLOA, com corte estimado em aproximadamente 50%, em que a justificativa é de que estarão sob supervisão e caso necessário far-se-á complementação;
- O ministro participará da próxima reunião da CIT para falar sobre orçamento. Como providência tentará separar despesas discricionárias para ser direcionado a despesas;
- Apresentado o compromisso da União no pacto de aprimoramento dos estados e Distrito Federal, em que muitas ações implicam nos municípios, como limite prudencial;
- Realizada a apresentação da execução financeira e a manifestação foi realizada por escrito.

5.12 - Informes COGEMAS:

- O representante da CIB Darcy Gris realizou os seguintes informes:
- Encontro regional que será realizado em 2019 no município de Foz do Iguaçu;
- Encontro regional em Umuarama, nas datas prováveis de 28 e 29 de março de 2019;
- No dia 31/08 foi eleito o novo colegiado do CONGEMAS, com duas representações da região sul (Rio Grande do Sul e Paraná). Santa Catarina não está representada por impeditivo;
- Irá participar da comissão de Medidas Socioeducativas como suplente do Fernando – RS;
- No dia 18/10/2018 ocorrerá o encontro em Umuarama, demanda dos municípios sobre PAIF.



REUNIÃO – COMISSÃO INTERGESTORA BIPARTITE – CIB/PR

REUNIÃO ORDINÁRIA – CIB/PR

05/092018

Horário: 13h 30 às 17h00

Inclusão de Pauta – Regularização das Residências Inclusivas

O representante da CIB Darcy Gris destacou a necessidade de instituir-se serviço regionalizado. Há problemas de institucionalização para mulheres em situação de violência. A coordenadora da CPSE e representante da CIB Juliany S. Santos informou que buscou-se articulação para implantação de mais 2 casas, com os municípios elegíveis, Irati, Umuarama, Paranavaí, Cornélio Procópio e Jacarezinho, mas que não houve aceite por parte dos municípios. Em relação ao atendimento emergencial conseguiu-se direcionamento de recursos da PSE para benefício eventual para situação emergencial. Verificou-se que os municípios realizam prática de vaga flutuante, devido a demanda ser sazonal. Quando visualiza-se a rede instalada a sensação é de que há sobra de vagas. Não há dados referente a esta situação. Será lançada enquete para a título de mapeamento. Darcy questionou sobre o processo de inscrição de entidades que oferecem o serviço sazonal para residência inclusiva e em relação a demanda eventual. Juliany, em resposta, informou que o estado contrata no mínimo 3 vagas para demanda de município de Pequeno Porte I. Há uma lista prioritária conforme demanda, não importando o município, e que pode-se ultrapassar as 3 vagas conforme necessidade. Outra proposta é que o recurso seja disponibilizado para vagas municipais, mas o recurso per capita neste caso será menor. Clarificou que a proposta é de retomar os projetos de residência inclusiva e mulher. Irá rever o fluxo, porém não há garantia para este ano. Será lançada enquete aos municípios com demanda de situação de violência. Em relação a demanda eventual, a deliberação de benefícios eventuais prevê este custeio.

Informes SEC/CIB:

Juliana Muller informou sobre o recebimento do Ofício Circular nº 003/218 da Secretaria Municipal de Assistência Social, que trata da informação sobre a realização de uma pesquisa/estudo, que será desenvolvida com o apoio da consultoria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNDU, cujo objetivo é a elaboração de orientações para qualificações das 26 Comissões Intergestores Bipartite – CIB/PR. Assim, a consultora que acompanhará a CIB/PR, será a Sra. Aérica de Figueiredo Pereira Mendes.